

# EXPERIENCIAS EMERGENTES DE LA ECONOMÍA SOCIAL EN IBEROAMÉRICA

DIRECTORES

Juan Fernando Álvarez

Carmen Marcuello

## CAPÍTULO 11

### Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil – bancos comunitários e circuitos locais de comercio justo

POR

Antônio Cruz



DIRECCIÓN GENERAL DEL  
TRABAJO AUTÓNOMO,  
DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y DE  
LA RESPONSABILIDAD SOCIAL  
DE LAS EMPRESAS

**Cómo citar este artículo/How to cite this article:** Cruz, A. (2020) Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil – bancos comunitários e circuitos locais de comercio justo. En Álvarez, J.F. & Marcuello, C. (Dirs.) Experiencias Emergentes de la Economía Social, OIBESCOOP, pp. 290-316

# EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS DE ACUMULAÇÃO SOLIDÁRIA NO BRASIL – BANCOS COMUNITÁRIOS E CIRCUITOS LOCAIS DE COMERCIO JUSTO

**Antônio Cruz**

Universidade Federal de Pelotas (Brasil)

## RESUMO

O artigo a seguir aborda as possibilidades de empoderamento econômico, social e cultural de organizações articuladas territorialmente sob os princípios da economia solidária. Ele parte de duas noções teóricas estruturantes – os *territórios usados* e a *acumulação solidária*, além de três categorias que o perpassam: *bancos comunitários*, *moedas sociais* e *circuitos locais de comércio justo*. Todas elas, de caráter analítico-propositivo, estruturam a compreensão de experiências que agregam, de forma interassociativa e intercooperativa, conjuntos heterogêneos de empreendimentos – associações, cooperativas e grupos informais de produção; grupos solidários de consumo responsável; microcrédito; incubadoras de empreendimentos solidários; empreendimentos familiares; microempresas. Duas experiências brasileiras, localizadas em regiões muito distintas, e distantes 4 mil km uma da outra, longe dos centros econômicos (São Paulo ou Rio de Janeiro), servem como referências empíricas da análise: o *Banco Palmas* –Fortaleza, estado do Ceará, nordeste do Brasil, 20 anos de experiência; e a *Rede Bem da Terra*– Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, 10 anos. Além das sínteses descritivas de suas histórias, o artigo aborda os mecanismos de desenvolvimento dessas redes que se reivindicam parte da economia solidária, com princípios comuns: solidariedade social e econômica, democracia autogestiva, promoção da autonomia e da liberdade individuais, intercooperação, sustentabilidade, redução das desigualdades sociais, transformação social por via de projetos emancipatórios. O foco é identificar e analisar os mecanismos de funcionamento, os resultados alcançados e os desafios colocados diante de experiências deste tipo no Brasil.

**Palavras chave:** Territórios usados; acumulação solidária; bancos comunitários; moeda social; circuitos locais de comércio justo.

## Mercados e resistência: comunidades e (in) sustentabilidades

A palavra “mercado” incorporou a si um variado número de significados ao longo das últimas décadas. De um lugar de trocas, onde também se comprava e se vendia, tal qual era concebido antes do advento do capitalismo, “mercado” –a partir do final do século XX– passou também a significar uma estrutura de ordenamento da economia como um todo; ou ainda, um espaço global de intercâmbio de mercadorias e serviços, referindo-se muitas vezes a um determinado ramo produtivo; ou, de outra maneira ainda, significa também a esfera das finanças relacionadas a uma infinidade de ferramentas e mecanismos de intermediação, cujo objetivo fundamental é garantir a rentabilidade de volumes crescentes de capital líquido. Tudo isto, e outras coisas, hoje, atendem pela palavra “mercado”, remetendo ao seu significado original, é claro, mas de forma fundamentalmente diversa.

Como destacaram Marx (1987) e Polanyi (2000), a ideia (ou talvez, o fetiche...) de um “mercado autorregulado”, pensado a partir da “mão invisível” smithiana, passou a governar as relações sociais, ao invés de servir como ferramenta de organização das relações econômicas a partir das necessidades, condições e formas de organização social. Uma miríade de economistas –de List e Keynes, a Piketty, Sen e Chang<sup>1</sup>–, ao longo dos últimos quase duzentos anos, tem acrescentado argumentos à crítica e fornecido evidências empíricas (históricas, antropológicas, estatísticas...) que questionam de forma muito consistente esta perspectiva.

Entretanto, as duas principais experiências históricas do século XX, cujo objetivo era corrigir os limites e contradições da “economia de mercado”, foram aparentemente por ela superados, seja o capitalismo regulado do *welfare-state* (nos países centrais do capitalismo), bem como do desenvolvimentismo (nos países dependentes), seja o socialismo estatista planejado (na União Soviética e leste europeu). A mão invisível do mercado sobreviveu a essas experiências, se fortaleceu e se expandiu – ao menos como ideologia.

Isto tem levado a um conjunto crescente e consistente de autores da crítica radical (HARVEY, 1993; MESZÁROS, 2004; MARQUES, 2018; FRASER e JAEGGI, 2020; e muitos outros e outras...) a denunciarem a insustentabilidade da formação social capitalista, bem como suas margens cada vez mais estreitas de garantia de bem estar para a maioria dos seres humanos. Na perspectiva desses autores e autoras, não se trata apenas de uma crítica ao capitalismo neoliberal e à sua utopia/distopia de um “mercado autorregulado”, mas de uma crítica aos fundamentos da economia capitalista, independentemente do papel cumprido pelo Estado nas suas formas de regulação. Dentre os elementos criticados, encontram-se: a acumulação de capital a partir de formas variadas de trabalho assalaria-

1. Friedrich List (1789-1846), John Maynard Keynes (1883-1946), Amartya Sen (1933-...), Ha-Joon Chang (1963-...), Tomas Piketty (1971-...).

do e/ou subordinado; a ideia de crescimento econômico como objetivo e como resultado de uma competição justa entre as unidades produtivas (inclusive nas rivalidades leste/oeste da Guerra Fria); a competitividade das unidades produtivas relacionada ao emprego progressivo de tecnologias poupadoras de trabalho e intensivas em recursos naturais; a naturalização da concentração e da centralização crescente da propriedade dos capitais, da riqueza e da renda.

A formulação de István Mészáros (2004) parece sintetizar esta perspectiva crítica, ao apontar que em nenhum dos casos históricos –no liberalismo, no regulacionismo keynesiano ou desenvolvimentista, no comunismo soviético ou no modelo híbrido chinês–, os modelos adotados se aproximaram da superação da lógica do capital, mas antes reproduziram, sob estruturas diferenciadas, a dinâmica contraditória e sujeita a crises profundas e frequentes, determinada pelas características descritas no parágrafo anterior.

O processo histórico, segundo este autor, levou à “ativação dos limites absolutos do capital”, que encontra dois obstáculos intransponíveis à continuidade do processo de reprodução ampliada: (1) o abismo crescente entre a progressiva capacidade de produção de bens e serviços, garantida pelo salto tecnológico da eletrônica/informática, de um lado, e o inaccessível de bilhões de trabalhadores a níveis de remuneração capazes de absorver essa produção; (2) os limites da natureza em relação ao ritmo e à forma da acumulação de capital no tempo presente, seja na forma de ameaça ao esgotamento de recursos naturais essenciais ao modelo atual, seja pela incapacidade da natureza em metabolizar a monumental quantidade de resíduos resultantes dos processos econômicos<sup>2</sup>.

Em paralelo a isso, mas já na esfera das subjetividades, o primeiro limite (relacionado à distribuição e ao consumo) deixa manifesto para parcelas crescentemente informadas e escolarizadas dos “excluídos e excluídas do mercado”, de seu não-reconhecimento como agentes válidos do sistema, ou em outras palavras, a clara percepção de que foram irremediavelmente deixados e deixadas para trás<sup>3</sup>.

Enquanto a intelectualidade de todos os matizes político-ideológicos se debruça sobre esta avalanche de transformações, tentando compreendê-la, e buscando oferecer saídas (algumas francamente distópicas), em toda parte as pessoas se põem em movimento, quase sempre de forma individual, mas cada vez mais de forma coletiva e organizada, produzindo experiências que apontam para novas sociabilidades econômicas, onde a mão invisível do mercado é substituída pelos braços solidários das comunidades e grupos sociais (CARLSSON, 2014).

Em boa parte das vezes, esta solução, mesmo não sendo a única possível, é certamente impulsionada por um claro instinto de sobrevivência coletiva. Foi assim nos territórios

2. Ver também Marques (2018).

3. A crise migratória na Europa e nos EUA; as jornadas de luta contra o racismo desencadeadas nos EUA em 2020 e as estatísticas que indicam claramente a “classificação” dos mortos pela pandemia de Covid-19 (que matou, inclusive proporcionalmente (!) muito mais pobres que ricos em todo mundo) são apenas exemplos deste fenômeno.

zapatistas em Chiapas, nos territórios liberados pela Frente Polisario no Sahara Ocidental, no Rojava sírio/curdo sob a hegemonia do PKK durante a guerra civil contra o Estado Islâmico e contra Bashar El-Asad... Outras vezes, ela é uma escolha entre muitas, mas que expressa um inequívoco sentido de identidade cultural e comunitária, como no Quebec (Canadá), em Euskal Herría / País Basco (Espanha), ou na Emiglia-Romagna (Itália).

Isto não significa que nesses territórios não haja subsistido elementos do mercado capitalista (como nos três primeiros casos), muito pelo contrário, ou até mesmo que eles continuem claramente hegemônicos (como nos três últimos). Mas em todos esses casos, como em outros, há um contraponto perceptível: formas de organização econômica que confrontam os fundamentos da lógica do capital em territórios e comunidades de forte identidade sociocultural. De pessoas que, reconhecendo-se como iguais e apostando num presente e num futuro mais generoso, se põem a organizar a economia a partir de uma ética marcada pela solidariedade e não pelo individualismo, pela cooperação e não pela competição.

## **Formação social capitalista, territórios e acumulação anti-hegemônica**

Num texto anterior, defendemos a ideia de que embora essas iniciativas econômicas afrontem claramente os valores, a estrutura e a subjetividade capitalista na escala da microeconomia (ou, em se tratando de uma região mais ampla, em uma escala mesoeconômica), do ponto de vista macroeconômico essas iniciativas estão submetidas à lógica da reprodução ampliada do capital, constituindo um modo de produção subordinado no interior da formação social capitalista (CRUZ, 2012). O processo de açambarcamento dos diferentes degraus e processos da economia pelo capital –dos recursos naturais ao controle do Estado, passando por todo o resto– coloca em cheque a existência de empreendimentos econômicos e de organizações sociais não-capitalistas e até mesmo a sobrevivência das empresas capitalistas não-oligopólicas, com especial prejuízo aos empreendimentos familiares, urbanos e rurais.

A tenacidade da luta pela independência econômica dos setores sociais médios é proporcional ao tamanho do poder econômico que esmaga as iniciativas locais e espalha seus tentáculos por todos os cantos do mundo globalizado, seja na agricultura, na indústria ou no setor de serviços. Aclarando a questão com um único e recente exemplo: o submetimento dos trabalhadores do setor de transporte de passageiros e entregas urbanas, nos países centrais, a condições de trabalho informais e de superexploração, a partir de suas vinculações “autônomas” a empresas de aplicativos, em grandes e médias cidades. Mas é evidente que praticamente todos os setores econômicos estão submetidos à mesma pressão oligopolizante em nível global, dos insumos agrícolas à produção de eletrônicos, dos recursos energéticos ao controle das fontes de água etc.

Essa fome insaciável pela propriedade e pelo controle dos espaços econômicos mercadológicos por parte das corporações oligopólicas é objeto de uma tentativa de resposta, ainda que muitas vezes de forma quase instintiva e quase sempre midiaticamente invisível, dos trabalhadores associados, dos empreendimentos e arranjos econômicos horizontais, solidários, cooperativos (de produção, de crédito, de distribuição, de consumo...). Por sua vez, tais iniciativas estão obrigadas a enfrentar o poder do grande capital na arena de seu adversário: o mercado capitalista, seja em nível local, nacional ou global.

A ideia de uma acumulação solidária, que também pressupõe um elevado grau de desacumulação material (CRUZ e FERNANDES, 2014), concebe a relação entre economia solidária e economia capitalista como um espaço de conflito entre valores e perspectivas civilizatórias distintas. Neste sentido, a sobrevivência das iniciativas solidárias depende de um processo cumulativo e contínuo (embora clara e infelizmente não-linear) de capacidades de auto-organização econômica e de internalização dos fatores e dos momentos do processo econômico (produção, distribuição, consumo e acumulação). A transferência de renda e riqueza da economia solidária à economia capitalista (quando, por exemplo, um agricultor familiar cooperado compra insumos de um oligopólio global da produção de sementes) reforça a acumulação capitalista. Quando os funcionários de uma empresa oligopólica compram produtos numa tenda de comércio justo, eles estão transferindo renda e riqueza da economia capitalista à economia solidária. Portanto, o encerramento de circuitos econômicos entre as iniciativas associativas permite potencializar o conjunto dos agentes deste processo. E o fortalecimento dos empreendimentos sob uma perspectiva autogestionária acumula conhecimento e organização sob uma perspectiva associativa, coletiva e cooperativa, desenvolvendo uma ética antiutilitarista e não-capitalista.

A formação das redes de cadeias produtivas solidárias, das iniciativas de consumo responsável e de comércio justo local ou internacional (*fairtrade*), as cooperativas de crédito e de microcrédito autogeridas, o uso de moedas sociais locais, os “bancos comunitários” e toda a infinidade de inovações sociais<sup>4</sup> desenvolvidas pela economia solidária ou por trabalhadores momentânea ou permanentemente associados, em todos os cantos do mundo, demonstram claramente este movimento, para o qual basta “ter olhos de ver”, seja para observá-las empiricamente, seja para aprender sobre elas em toda a vasta literatura disponível sobre o tema.

As condições de emergência para iniciativas de tipo interassociativo, como as que nos referimos, pressupõem um processo elevado de acumulação solidária. Exigem uma história local de experiências de ação coletiva, seja no campo econômico, social, político e/ou cultural. Necessitam de inter-reconhecimento dos atores, como portadores de identidades comuns e de valores éticos respeitáveis, a presença de lideranças comunitariamente validadas, de aprendizados comuns acerca dos processos econômicos etc. Em

4. Compreendidas como tecnologias construídas coletivamente e livremente apropriadas, muitas vezes a partir do uso do saber tradicional/ancestral, ou simplesmente a partir de protocolos de livre acesso – como no caso do software livre e da propriedade intelectual de tipo *copyleft* ou *creative commons*.

outras palavras: exige uma prévia acumulação de capital social e de capital humano para que experiências econômicas associativas (muitas vezes com muito pouco capital econômico) possam se associar umas às outras, internalizando fatores, fluxos e processos, em circuitos solidários.

Muitas vezes, condições extremas de sobrevivência –como no caso do Rojava ou do Sahara Ocidental, ou nas zonas de conflito das FARC/Colômbia– são parte desta construção histórica, mas nem sempre. Porém, tais iniciativas não podem se produzir a partir do nada, ou tampouco, sob situações de pouca experiência ou de pouco aprendizado coletivo.

E se o tempo é parte fundamental desta construção, a dimensão espacial também o é. Evidentemente, não se pode pensar a formação de redes, de cadeias, de formas variadas de interassociação, sem que se delimite os atores e as regras que definem as relações de identidade, de reciprocidade, de mútuo fortalecimento. Não se trata, por exemplo, de uma relação aberta, “em direção ao mercado”, do tipo “nós produzimos, alguém compra”, ou “nós consumimos, alguém produz”. Trata-se de uma relação pactuada entre quem produz e quem compra, entre quem financia e quem é financiado e assim sucessivamente, onde as relações de controle sobre o processo econômico são expressadas sob alguma forma –mais ampla ou mais restrita– de controle social democrático.

Necessariamente, a organização espacial (sua conformação sociopolítica, suas condições naturais, sua delimitação física e demográfica etc.) influencia diretamente a construção desses circuitos econômicos. E de forma dialógica, os arranjos e iniciativas econômicas impactam diretamente a formação dos territórios.

Não por acaso, os exemplos referidos até aqui neste texto –Rojava, Sahara Ocidental, territórios zapatistas no Chiapas, zonas de desmobilização na Colômbia, as cooperativas de Euskal Herría, a economia social no Quebec, as redes de empresas familiares na Emilia-Romagna...– estão identificados com seus territórios.

Em plena “mundialização do capital”, no dizer de François Chesnais, vivemos também “o retorno do território”, como afirmava Milton Santos:

*Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do sequeleto de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. (...)*

*Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada*

*antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.*

*Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.*

SANTOS, 2005, p. 255

Assim, as experiências que vamos descrever e analisar a seguir encontram-se delimitadas por essas duas categorias: o *território usado* e a *acumulação solidária*.

O primeiro, expressando a dialética da espacialidade, isto é, a forma pela qual os diferentes agentes históricos atuam no espaço sociogeográfico, conformando relações econômicas, sociais, étnicas, políticas, culturais etc., as quais, desenvolvendo entre si relações de *afirmação-negação-superação*, produzem a vida quotidiana e suas quotidianas transformações, ao longo do tempo histórico, num dado espaço (SANTOS, 2005 e QUEIROZ, 2016).

E a segunda, como o processo através do qual a economia solidária, como modo de produção, *afirma-nega-supera* as relações sociais do modo de produção capitalista, ao qual está subordinada no âmbito *formação social* (histórico-geográfica) capitalista (CRUZ, *op.cit.*).

## **Banco Palmas: da exclusão espacial à apropriação coletiva do território usado através da moeda social (comunitária e solidária)**

O primeiro caso que vamos abordar neste trabalho convoca uma terceira categoria de análise – além do *território usado* e da *acumulação solidária*: a *moeda social*. Essas três noções, em suas articulações dialógicas, parecem ser fundamentais para compreendê-lo.

*Tudo o que criaram no Palmeiras foi por necessidade”, diz, em entrevista a um grupo de alemães que visitava a experiência do Banco Palmas, em janeiro de 2012, o senhor Augusto, com 62 anos, residente no bairro desde 1976. (...) Ele conta que o bairro era, em 1973, uma fazenda do senhor José Queiroz que foi desocupada no governo Virgílio Távora para ser ocupada pelas famílias pobres que o próprio governo tinha retirado de áreas centrais de Fortaleza. Entre elas, muitas famílias de pescadores que moravam à beira do mar. Junto com estas famílias, outras que haviam perdido tudo numa grande enchente da época também foram enviadas pelo governo para esta área. Os primeiros moradores somavam cerca de 3 mil pessoas.*

*De acordo com o senhor Augusto, não foram todos os pobres que foram enviados para ali, pois “fizeram um tipo de triagem e mandaram apenas os mais pobres”.*

RIGO, 2014, p. 189-190

A presença de agentes das missões pastorais da Igreja Católica, vinculadas à Teologia da Liberação, impulsionou a construção de organizações e ações coletivas com o objetivo de pressionar o poder público a garantir as estruturas e serviços mínimos para a vida urbana: redes de água e esgoto, energia elétrica, transporte coletivo, posto de saúde, escola para crianças e adultos... Ao longo dos anos, o adensamento populacional, de um lado, e a intensificação da mobilização social, por outro, fez do Conjunto Palmeira um espaço social característico das grandes cidades da América Latina: um território urbano onde pobreza, violência, fé e organização comunitária conviviam e disputavam (ou cooperavam) em torno da construção de uma identidade e de um uso comum e específico do espaço sociogeográfico delimitado. O *território usado* transformou-se, de uma fazenda improdutiva em 1973, distante 30 km do centro de Fortaleza, em um bairro urbano, com cerca de 25 mil trabalhadores e trabalhadoras pobres – em meio a uma megalópole de 4,5 milhões de habitantes – com escassa presença de aparelhos públicos, com intensa vida comunitária e muitos pequenos empreendimentos econômicos familiares, informais em sua maioria (costureiras, consertos domésticos, salões de beleza, pequenos comércios etc.).

*A Asmoconp (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira) foi criada em 1981, quase dez anos depois da chegada dos primeiros moradores, já que as condições de vida no bairro não tinham mudado muito. (...) O processo de organização da associação de moradores e sua constituição deram fôlego às lutas políticas dos moradores, aos movimentos sociais no bairro e à organização da comunidade para as suas numerosas reivindicações. Pressões e ameaças foram feitas, passeatas e seminários de discussão foram organizados e novas conquistas foram alcançadas, a exemplo da água, do transporte e do saneamento básico. (...)*

*Ainda nos anos 1990, 26 outras associações se organizaram no bairro com diferentes objetivos: produção coletiva, assistência às crianças e adolescentes, ensino e apresentação de dança, arte circense, entre outras. Essas organizações faziam parte da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira (Uagoconp) e, neste espaço, desempenhavam o papel fundamental de discutir as diretrizes para diagnosticar e solucionar os problemas comuns. Já nessa época, muitas ações eram empreendidas como um jornal comunitário chamado “Desperta Palmeiras”, várias manifestações e publicações, bem como a construção de um canal de drenagem e de esgotamento sanitário.*

*idem*, pp. 193-194

Em 1998, uma grave recessão acometia a economia brasileira. O “Plano Real”, de 1994, e que deu origem a moeda atual brasileira, estava em crise. O uso de uma âncora cambial baseada em preços fixos para as trocas real-dólar havia garantido uma reestruturação produtiva e comercial de grande escala. A liberalização do comércio exterior levou ao desaparecimento de partes significativas de diversas cadeias produtivas e a introdução da automação e de formas precárias de contratação haviam levado a taxa de desemprego a número recorde. Com o aumento do desemprego, veio o aumento da pobreza e com ambos, o aumento da violência urbana.

Foi então que os dirigentes da Asmoconp, com o assessoramento de diferentes atores externos, apostaram na criação de uma ferramenta comunitária para o combate ao desemprego e à pobreza: o Banco Palmas, compreendido com um “banco comunitário de desenvolvimento” (BCD).

A ideia nasceu da experiência de um “clube de trocas” constituído alguns anos antes (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Como em outras partes da América Latina (e com grande expressão de massas na Argentina), os clubes de trocas buscavam responder ao desemprego que atingia um enorme contingente de pessoas que queriam produzir, que sabiam produzir, que muitas vezes tinham meios para produzir, mas que não conseguiam trocar sua produção no mercado capitalista, especialmente porque não conseguiam ter acesso a qualquer tipo de renda monetária. O que um clube de trocas permitia era, ainda que de forma muito incipiente, criar um “mercado de proximidade”: um ambiente organizado e pactuado, em que vizinhos ou moradores de um mesmo bairro ou cidade podiam ofertar seus produtos para troca. No clube de trocas do Conjunto Palmeira, não era diferente.

*Os moradores perceberam que as pessoas produziam muitas coisas e, ao mesmo tempo, precisavam de muitas outras. E assim decidiram criar seu próprio meio de pagamento e de troca, já que a maioria dos moradores não tinha a moeda oficial para comprar o que precisava. Na época, o nome *Palmares*<sup>5</sup> foi muito significativo porque era como se chamava o principal quilombo do Brasil. A *Palmares*, usada apenas nos momentos do clube de trocas, foi elaborada e impressa no próprio Banco Palmas, sem que houvesse prevenção contra falsificações, mesmo porque, ao final de cada encontro, os produtores e consumidores devolviam as moedas que haviam recebido pelos seus produtos e serviços.*

*Após cerca de sete meses, os questionamentos em torno do clube de trocas e seu esvaziamento levaram à criação de uma moeda nova que traduzisse uma proposta igualmente nova. No clube de trocas, o “descasamento” entre oferta e demanda por produtos alimentícios começou a incomodar os participantes. A maioria levava para as trocas vestuário e artesanato, mas procurava por alimentos. Além disso,*

5. “Palmares” fazia uma referência ao nome do bairro, certamente, mas sobretudo ao maior quilombo- povoamento de escravos fugidos das fazendas- da história do Brasil. *Palmares* tornou-se então o nome da moeda do clube de trocas do Conjunto Palmeira.

*no clube de trocas, era difícil definir o preço das coisas que as pessoas levavam. Esse descontentamento despertou a questão: “Por que não transformamos todo o bairro num grande clube de trocas?” (Entrevista, Coordenador do Banco Palmas, jan. 2012). Desta forma, a moeda poderia ser usada em todo o bairro e o “clube” funcionaria todo o tempo.*

*op.cit., p. 177*

Até então, não havia agências bancárias no Conjunto Palmeira (CP). Além disso, o clube de trocas havia ensejado uma outra experiência muito comum em várias organizações sociais no Brasil, os chamados “convênios”, que no CP se realizava a partir de um “cartão de convênio”: os comerciantes (farmácias, padarias, minimercados etc.) do CP que estavam “conveniados” anotavam as compras dos associados da Asmoconp num cartão, e registravam para si, também, a compra. No final do mês, o associado comparecia à sede da associação, pagava seu débito e o dinheiro era repassado aos comerciantes. A vantagem era mútua: os comerciantes “fidelizavam” sua clientela, ao passo que os associados tinham um prazo maior de pagamento de suas compras.

Dessa dupla experiência, nasceu a ideia da construção de uma ferramenta que permitisse ampliar a escala das trocas dentro do bairro, com a clara intenção de internalizar, no território, os diferentes momentos do processo econômico, ampliando a receita dos empreendedores locais, na expectativa da geração de novos postos de trabalho (autônomos, assalariados ou associados) e de aumento da renda, através de um *efeito multiplicador* local/territorial. Essa ferramenta foi a *moeda social*: a “palma”, que revolucionou as relações microeconômicas no Conjunto Palmeira.

Como outras moedas sociais utilizadas em experiências anteriores pelo mundo afora (ver os artigos já citados nesta seção, mas também: BÚRIGO, 2001 e PRIMAVERA, 2015), as “palmas” passaram circular simultaneamente à moeda oficial (brasileira) no território do CP, e apenas lá.

As moedas sociais constituem instrumentos monetários de tipo comunitário (não necessariamente territorial, nem necessariamente física). Essencialmente, elas permitem que um determinado número de pessoas realize trocas econômicas entre si, sob determinados princípios e parâmetros previamente pactuados.

*As moedas sociais são moedas criadas e administradas pelos seus usuários, não possuem vínculo com a moeda nacional de circulação e se baseiam na confiança entre os usuários que participam de um agrupamento por afinidade e decisão própria. “Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto [...] não está ligada nenhuma taxa de juros, por isso não interessa a ninguém guardá-la, mas trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades” (...). O objetivo da moeda social é contribuir para o desenvolvimento do social na economia, tendo como base pilares de desenvolvimento que a difere da*

*moeda local, visando reposicionar a economia e os serviços às finalidades sociais e os valores à esfera social-cultural. Ela possui normas que devem ser seguidas pelos grupos que possuem os mesmos valores.*

DIAS; CUNHA; ARAÚJO, 2015, pp. 140-141

Neste sentido, as moedas sociais *podem* cumprir as funções atribuídas pela economia clássica ao dinheiro –meio de troca, unidade de conta, reserva de valor–, mas estão submetidas ao controle direto de seus usuários através de mecanismos de representação comunitária imediata e, especialmente em função desta condição, desempenham atribuições destinadas a finalidades sociais específicas.

Os descontos nas compras com utilização das *palmas* permaneceram como na época dos convênios Associação-comerciantes (5 a 10%, em geral), mas todo o processo foi facilitado. Qualquer associado da Asmoconp podia ir à sua sede e trocar reais por palmas e a seguir usufruir dos descontos oferecidos pelos comerciantes do bairro; qualquer comerciante conveniado podia ir à associação e destrocá-las por reais; ou ainda comprar insumos para seu estabelecimento (uma pizzaria, por exemplo) num outro comércio conveniado. O Banco Palmas passou a ser o gestor da moeda social do bairro e em seguida passou à condição de financiador, com a abertura de linhas de crédito e de microcrédito para consumo local (em palmas) ou para investimentos em empreendimentos produtivos (em *palmas*, mas também e majoritariamente em reais, quando era necessário adquirir insumos fora do CP).

Lastreadas em reais, as *palmas* dinamizaram as trocas dentro do bairro e permitiram o desenvolvimento de projetos sociais e de empreendimentos econômicos individuais e associativos (solidários). Graças aos depósitos em reais –que permitiam a emissão de *palmas*–, foi possível também estabelecer um posto bancário, garantindo o acesso da população a serviços de banco até então inexistentes, como o pagamento de serviços públicos (água, luz, telefone...) ou o recebimento de aposentadorias.

*Para termos uma noção melhor dos resultados das ações da oferta de crédito no bairro, dados do Banco Palmas mostram que de 2007 a 2009 foram realizadas 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de mais de 4 milhões de Reais. Ao todo, 2.500 famílias foram beneficiadas, 8 mil postos de trabalho foram mantidos e 2 mil foram gerados. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de Reais.*

RIGO, *op. cit.*, p. 203

Quase uma dezena de empreendimentos econômicos solidários foram gestados a partir Banco Palmas, em áreas como confecção, produtos de higiene e limpeza, produção audiovisual, artesanato e turismo receptivo.

A partir da experiência do Banco Palmas, e com a criação do Instituto Banco Palmas e o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária<sup>6</sup>, uma centena de bancos comunitários de desenvolvimento foram criados no Brasil<sup>7</sup> e outras tantas centenas em outros países da América Latina.

Não há dúvida de que o aparecimento do Banco Palmas e de sua moeda social produziu grande impacto sobre o *território usado*:

- a) fortalecendo a identidade comunitária e o inter-reconhecimento de seus atores e de suas respectivas ações;
- b) internalizando parcelas da renda gerada por seus moradores e que eram destinadas a compras para consumo fora do espaço comunitário, multiplicando assim o efeito consumo no CP;
- c) alavancando, através do microcrédito, o consumo e o microinvestimento de empreendedores individuais e coletivos;
- d) impulsionando e dando suporte, financeiro e formativo, à criação de outros empreendimentos solidários;
- e) dinamizando o pequeno comércio local, garantindo postos de trabalho já existentes ou ampliando a oferta de empregos;
- f) implicando parcela importante dos moradores organizados no controle dos instrumentos de trocas microeconômicas, ou em outras palavras, oportunizando aprendizado em relação ao funcionamento mais geral da economia.

À exceção do item “e”, todos os impactos representam formas de *acumulação solidária*. E que por sua vez não haveriam sido possíveis sem uma apropriação social coletivamente organizada sobre o *território usado*.

Evidentemente, como em qualquer experiência social, há problemas.

Mas eles serão abordados na seção de síntese, ao final do artigo.

6. Criada em 2003, no primeiro ano de governo de Lula da Silva, a SENAES esteve vinculada ao Ministério do Trabalho e foi coordenada por Paul Singer –a principal referência teórica da economia solidária no Brasil– desde então, passando pelo “rebaixamento” do organismo à condição de sub-secretaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ainda em 2015 (ainda sob o governo Dilma Rousseff). A SENAES foi finalmente extinta nos primeiros dias do governo Jair Bolsonaro, e seu *staff* foi transferido para um pequeno setor de assessoramento, agora no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

7. Ver informações na página web da Rede, no sítio do Instituto Banco Palmas: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

## **A Rede Bem da Terra: da pobreza do campo e da cidade à articulação entre economia solidária e consumo responsável, no território usado, através de um circuito local de comércio justo**

No extremo sul do Brasil, a cerca de 4 mil km de Fortaleza e de seu Conjunto Palmeira, uma pequena microrregião, de cerca de 600 mil habitantes, foi duramente transformada pela desindustrialização que atingiu o Brasil (e toda a América Latina) nos anos 1980/1990.

Seu principal centro urbano, a cidade de Pelotas (a 250 km de Porto Alegre, a cidade onde começou o Fórum Social Mundial, e a 150 km da fronteira com o Uruguay), era um pólo da indústria de alimentos até o início daquela década. Nessa época, dezenas de milhares de pequenos agricultores, a maioria descendente de imigrantes alemães –mas também de italianos, portugueses e africanos– com propriedades que giravam em torno de 10 hectares, produziam frutas (pêssego, morango, figo...) e algumas hortaliças (pepinos, tomates, milho, ervilhas...) para uma vintena de fábricas de conservas, a maioria de enlatados. Em Pelotas, algumas dezenas de milhares de trabalhadores urbanos se empregavam sazonalmente nas fábricas, com salários exíguos, e se espremiavam em bairros de estrutura urbana precária, parecidos com o Conjunto Palmeira, mas sofrendo ainda os efeitos do frio, durante o inverno, com temperaturas médias entre 0 e 10°C. Na vizinha Rio Grande (200 mil habitantes), o setor pesqueiro envolvia também milhares de trabalhadores, fosse na pesca artesanal ou de grande escala, fosse nas indústrias de beneficiamento que havia na cidade.

Ao longo da década seguinte, nos anos 90, a reestruturação produtiva e a nova “divisão regional do trabalho” produzida pelos acordos do Mercosul resultaram na deslocação da quase totalidade das fábricas, levando ao desemprego crônico suas dezenas de milhares de trabalhadores, bem como a uma situação de abandono econômico para as outras dezenas de milhares de famílias de pequenos agricultores e pescadores.

Na área urbana, as formas precárias de trabalho expandiram-se rapidamente no setor informal e “por conta própria”. A renda per capita estagnou e as taxas de desemprego elevaram-se rapidamente, junto com a violência.

Na área rural, o êxodo –dos jovens, especialmente, mas não apenas– se acelerou. A maioria dos que permaneceram em suas propriedades, dividiram suas tarefas entre a produção de tabaco (que lhes rendia uma renda concentrada, na colheita) e a produção de leite, entregue a uma cooperativa regional de viés empresarial, que lhes dava uma renda pequena, mas constante. De qualquer forma, como sempre, eram atividades que exigiam muito trabalho em troca de pouca remuneração.

Assim como no Conjunto Palmeira, em Fortaleza, também na região de Pelotas muitas organizações sindicais e comunitárias atuaram politicamente de forma intensa em mobi-

lizações sociais que objetivavam pressionar os poderes públicos por respostas à crise. A presença das pastorais católicas e luteranas (dada a forte presença dos descendentes de alemães) na zona rural, e dos militantes da teologia da libertação e da esquerda marxista na zona urbana, produziram um importante efeito de agregação social em diversas e diferentes localidades, no campo e na cidade.

Na segunda metade da década de 90, com a crise do emprego na zona urbana e da agricultura familiar na zona rural, diferentes organizações comunitárias apoiaram a construção de grupos produtivos como forma de oferecer uma saída à crise.

Na zona rural, o debate apontava para a aposta na conversão da produção de tabaco (altamente dependente do financiamento das indústrias e altamente degradante para a saúde das famílias e para o meio ambiente das propriedades) à agroecologia, começando lentamente, em diferentes localidades, mas convergindo para a construção de organizações “federativas”: a ARPASUL – a Associação dos Produtores Agroecologistas da Região Sul e, logo a seguir, a Cooperativa Sul-Ecológica, nucleando, somadas, aproximadamente 80 famílias. O aparecimento da Coopal – Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite da Região Sul foi também uma resposta às práticas excludentes da cooperativa empresarial a que nos referimos. E outras organizações de pequenos agricultores surgiram no meio rural, na região, também impulsionadas, agora, pela presença de assentamentos de reforma agrária, sob a direção política do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Nas zonas urbanas, o processo era mais lento e mais difícil. Mesmo assim, já em 1994 se havia constituído o Fórum Microrregional de Economia Popular e Solidária (Fórum da EcoSol), articulando cerca de 25 grupos produtivos (um total de 100 trabalhadoras e trabalhadores, aproximadamente), de diferentes ramos de produção – confecção, artesanatos, alimentos semi-processados, produtos de higiene etc.

Com a constituição da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade Católica de Pelotas (Intecoop-UCPel), em 1998, a organização urbana ganhou um novo impulso. Embora a presença da Incubadora fosse mais simbólica que efetiva junto aos grupos já constituídos (pois ela se dedicava aos que estavam em formação), seu apoio se mostrou importante para dar visibilidade ao movimento da economia solidária em toda região.

Mas, em 2007, um projeto construído conjuntamente entre a Incubadora e o Fórum da EcoSol produziu um efeito transformador em relação ao tema. Inspirado pela história da rede de cooperativas de Mondragón (País Basco, Espanha), o projeto de pesquisa-ação intitulado “Alternativas de comercialização para a economia solidária na região sul do Rio Grande do Sul” tinha um objetivo audacioso: criar uma rede de empreendimentos solidários que unisse campo e cidade em torno de estruturas comuns de comercialização que pudessem potencializar as receitas dos grupos, associações e cooperativas.

Dessa ação, nasceu em 2009 a Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário, formada inicialmente pela agregação de 22 empreendimentos, que representavam aproximadamente 800 produtores, entre rurais (produtores de leite e laticínios, de hortaliças

orgânicas, pescadores e outros) e urbanos (confeção, artesanato, cosméticos naturais, alimentos processados...).

A realização de uma feira mensal, em Pelotas, com grande variedade de produtos da economia solidária, com características artesanais, teve um imediato e relativo sucesso. Era possível encontrar numa mesma feira laticínios, pescados, artesanatos, hortifrutis, sucos, pães, roupas... longe do supermercado, longe das marcas oligopólicas. Evidentemente, apenas consumidores “de tipo especial” – à época, denominados “consumidores conscientes” – estavam interessados nesse tipo de iniciativa, mas foi possível perceber a existência de uma demanda efetiva por parte de pessoas interessadas em apoiar e desenvolver a economia solidária do campo e da cidade (CRUZ, 2011).

Lentamente, e de forma não-linear, o processo foi se consolidando. Enquanto alguns dos empreendimentos “fundadores” se afastaram da rede (por insuficiências microeconômicas ou por injunções políticas), outros empreendimentos se somaram. As feiras, pouco a pouco, foram se multiplicando.

Em 2014, uma nova iniciativa deu um outro fôlego à Rede Bem da Terra: a criação de um Grupo de Consumo Responsável (GCR), expresso no empreendimento da “Feira Virtual Bem da Terra” (NUNES et al, 2020), agora com o apoio de outras incubadoras que haviam sido constituídas na Universidade Federal de Pelotas e no Instituto Federal Tecnológico Sul-Riograndense.

Os GCRs, como são chamados no Brasil, são grupos de consumidores que funcionam como se fossem “cooperativas de consumo de tipo especial”, embora não assumam a estrutura formal de uma cooperativa. Em geral, são totalmente informais. No caso da Feira Virtual Bem da Terra, criou-se uma associação para sua representação jurídica. Além do aspecto não-formal, os GCRs se distinguem das cooperativas de consumo convencionais porque, talvez remontando às preocupações dos pioneiros de Rochdale com a “pureza” dos produtos comprados, direcionam suas opções de consumo para uma perspectiva ético-política: apoiar a produção agroecológica, ou oriunda da reforma agrária, ou da economia solidária, ou da produção local, ou de todos esses perfis somados... Enfim, trata-se de agrupar consumidores que buscam fazer de suas opções de compra um ato ético-político, além de microeconômico. No caso, o GCR criado em Pelotas tinha por objetivo apoiar e fortalecer os empreendimentos da economia solidária vinculados à Associação Bem da Terra - Comércio Justo e Solidário. Para o Instituto Kairós, uma ONG de São Paulo que animou a formação da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável<sup>8</sup>, esta prática social corresponde...

8. Segundo Taís Mascarenhas, da Rede Brasileira de GCRs, a organização é conformada, hoje, por cerca de 30 coletivos autogeridos de consumidores e consumidoras, em municípios de todas as regiões do Brasil, da Amazônia ao Pampa. Em média (mas apenas em média, com grandes disparidades entre eles), cada GCR articula cerca de 50 unidades de consumo.

*(...) à capacidade de cada pessoa ou instituição, pública ou privada, escolher bens e serviços, de maneira ética, para melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do ambiente. Assim, podemos considerar como consumidor responsável aquele indivíduo que inclui uma série de questionamentos em seus hábitos de consumo, ou seja, que enxerga a relação entre as suas escolhas diárias de consumo e as questões socioambientais presentes na sociedade atual. A partir dessa consciência, busca caminhos alternativos para atuar e apoiar relações produtivas e comerciais mais coerentes com aquilo que valoriza, como o respeito, o equilíbrio e a própria vida de todos nós e do planeta que nos abriga.*

INSTITUTO KAIRÓS, 2005, p. 21

A fim de atrair outros consumidores, a Feira Virtual Bem da Terra decidiu também apostar em três estratégias complementares:

1. investir na educação dos consumidores para que estes incorporassem a autogestão ao processo orgânico da associação, o que requeria, por exemplo, um processo de formação prévio ao seu ingresso no GCR<sup>9</sup>;
2. reduzir ao máximo possível os custos de transação (transporte, armazenamento, distribuição etc.) a fim de garantir a máxima remuneração possível aos produtores e produtoras, utilizando uma plataforma digital para encomendas semanais dos consumidores e um sistema de recolhimento e distribuição dos produtos baseado numa logística de aglomeração e proximidade;
3. diversificar o máximo possível a cesta de produtos ofertados, mantendo os princípios relativos à economia solidária e à priorização de produtos sustentáveis, através da “importação” de produtos da economia solidária de outras regiões do Brasil, que não são produzidos na região de Pelotas (como café, açúcar, castanhas amazônicas etc.).

A partir desta iniciativa, outras se somaram:

- i). foi constituído um “fundo solidário”, com contribuições dos consumidores, cujo primeiro objetivo foi garantir capital de giro para o processo de comercialização dos produtos trazidos de outras regiões, mas que no momento seguinte foi usado também para investimentos coletivos da associação de produtores;

9. Era/é um processo relativamente simples, mas obrigatório: para tornar-se associado e poder comprar produtos na Feira Virtual, o consumidor precisa assistir a uma oficina de formação que dura cerca de duas horas e comprometer-se com os princípios da Feira Virtual, o que inclui participação, autogestão e diálogo com os produtores.

- ii) à Feira Virtual Bem da Terra, em Pelotas, seguiu-se a abertura de outros quatro grupos de consumo responsável, em quatro municípios da microrregião<sup>10</sup>, e que conformaram a rede “Rizoma Bem da Terra”, que realiza compras conjuntas “por atacado” e que viabiliza a redistribuição de produtos dos grupos locais entre os diferentes nodos da teia;
- iii) considerando a insuficiência da “certificação de produtos orgânicos”<sup>11</sup> para o caso, os/as produtores/as rurais e consumidores/as urbanos, através de um método participativo, constituíram uma metodologia própria de “acreditação” de grupos solidários e de grupos solidários agroecológicos, com critérios coincidentemente muito parecidos aos adotados pelo *Fairtrade*, embora, claro, decidida e administrada pelo conjunto dos interessados (produtores/as e consumidores/as).

Passa a haver, então, de um lado, um coletivo de consumidores/consumidoras (o GCR da Feira Virtual, com aproximadamente 100 unidades de consumo – famílias ou pessoas solteiras) e, ao seu lado, um “coletivo de coletivos” de produtores/produzoras (a Associação Bem da Terra, que hoje articula 33 grupos produtivos, entre rurais e urbanos, somando aproximadamente 150 produtores/as ou famílias de produtores/as). A articulação orgânica entre esses dois coletivos é o que denominamos de *circuito local de comércio justo*.

Esta concepção, por sua vez, está vinculada a duas noções anteriores a ela: o *comércio justo* internacional (“*fairtrade*”) e os *circuitos curtos de comercialização de alimentos*.

O *comércio justo* (*fairtrade*) é um movimento internacional de solidariedade desenvolvido inicialmente por ativistas dos países da Europa Ocidental para com pequenos produtores dos países periféricos do capitalismo, cujas primeiras iniciativas remontam aos anos 1950. Hoje, o *comércio justo* movimenta cerca 9,5 bilhões de euros (dados de 2018<sup>12</sup>) por ano, transacionando produtos agrícolas (principalmente café, cacau, chás, açúcar, algodão e frutas tropicais) e artesanatos, oriundos de aproximadamente 1.700 organizações cooperativas de pequenos produtores da África, da Ásia e da América Latina, que representam por sua vez mais de 1,5 milhão de produtores. A ideia do *Fairtrade Movement* é estimular a auto-organização solidária dos produtores do “Sul Global”, fortalecendo suas organizações e comunidades (em seus territórios usados). Através de uma rede de distribuição de quase 500 “*world shops*”, espalhadas nas médias e grandes cidades da Europa (e com menor presença nos EUA, Japão e Oceania), a relação direta entre organizações de distribuição/consumo do “Norte” e de produção “do Sul” permite aumentar significativa-

10. A saber: (1) o Armazém Virtual da Economia Popular e Solidária, em Rio Grande; (2) o Grupo de Consumo Responsável Jerivá, em São Lourenço do Sul; (3) o grupo de consumo responsável da Casa da Ecosol, em Jaguarão, e (4) o Grupo de Consumo Responsável de Canguçu, na cidade de mesmo nome, que funcionou durante cerca de um ano e que agora encontra-se em reestruturação.

11. Que no Brasil conta com legislação específica.

12. Fonte: *Fairtrade International*: <https://www.fairtrade.net/>

mente os ganhos dos produtores, que devem atender a elevados padrões de certificação relacionados à qualidade dos produtos, à sustentabilidade dos processos, à democracia das organizações, à redução das desigualdade de gênero e à inclusão escolar dos filhos dos produtores<sup>13</sup>.

O conceito de “*circuitos curtos de comercialização de alimentos*”, por sua vez, remete a

*(...) uma estratégia comercial para promover a agroecologia. O conceito de short food supply chains ou CCC, compõe uma das formas de redes agroalimentares alternativas (Alternative Food Networks - AFN). (...) Isto acontece pois envolvem produtos de qualidade diferenciada e, também, a possibilidade de driblar mercados competitivos e padronizados (...). Os CCC fundamentam-se no acesso às informações sobre o produto pelos consumidores, permitindo novos julgamentos atrelados a possíveis características que possam vincular o alimento aos ambientes locais/regionais, bem como às práticas de produção ecológica (...). Nessa perspectiva, utiliza-se a ideia de aproximação entre agricultores e consumidores, possibilitando a troca de produtos diversificados, com a formação de relações diferentes das padronizadas, mais localmente definidas. Também, viabilizando novas possibilidades de combinação entre agricultura e natureza, que podem auxiliar a driblar os mercados convencionais (...).*

VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017, pp. 373-374

Recomendados e apoiados fortemente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (UN-FAO, na sigla em inglês), os circuitos curtos de comercialização de alimentos constituem uma resposta clara ao atual “regime alimentar corporativo” (FRIEDMANN, 2016; UN-FAO, 2019), marcado pela combinação global de “produção em monoculturas de larga escala / uso intensivo de agroquímicos e maquinário / oligopolização da cadeia agro-alimentar / distribuição via mercado global de alimentos.”

Os circuitos curtos de comercialização de alimentos (CCCA), assim, se diferenciam também, em sua logística, das transações típicas do *comércio justo (fairtrade)*, em que os produtos são transportados por longas distâncias até seus consumidores finais, produzindo impactos negativos sobre os preços e sobre o meio ambiente, muito embora, é claro, devam ser considerados os benefícios gerados para os produtores e suas organizações. Os CCCAs não se referem necessariamente a organizações autogeridas ou empreendimentos solidários, de produção ou de consumo, mas à sustentabilidade dos processos de distribuição/comercialização.

Então, a noção de *circuitos locais de comércio justo* nos leva, portanto, à possibilidade de que os princípios do *fairtrade* sejam aplicados a circuitos curtos de comercialização... da economia solidária (e não apenas da agroecologia). E foi isso que a Rede Bem da Terra

13. *Fairtrade International*: <https://www.fairtrade.net/>

–a associação de empreendimentos produtivos e a associação de consumidores responsáveis– tornou-se: um circuito local de comércio justo.

Evidentemente, também aí opera um processo de *acumulação solidária*. A percepção de que a articulação entre produção e consumo pode realizar-se sob o princípio da dialogicidade tende a estabelecer questionamentos sobre a aparente “única forma possível” dos mercados funcionarem e demonstra a viabilidade econômica de modelos de compra e venda diferenciados, onde o menor preço não é o parâmetro principal para as escolhas de consumo e tampouco os menores custos são o parâmetro principal para as escolhas de produção.

## **E o que acontecerá quando os bancos comunitários e suas moedas sociais se encontrarem com os circuitos locais de comércio justo?**

Não há registro ainda –ao menos até onde foi possível pesquisar–, no Brasil, de alguma experiência em que um banco comunitário e um circuito local de comércio justo tenham constituído uma estrutura orgânica integrada. Evidentemente, há espaços de interseção entre as experiências descritas neste trabalho, mas elas são claramente distintas.

Não há uma moeda social circulando na Rede Bem da Terra, nem tampouco há uma demanda organizada de consumidores responsáveis por produtos da economia solidária junto ao Banco Palmas.

O que há claramente em comum nas duas experiências, é aquilo a que aludimos no início do percurso:

- i) há um *território usado* em que a formação social capitalista é claramente questionada;
- ii) há um processo de *acumulação solidária* em curso, através do qual organizações e empreendimentos se articulam, experimentam, aprendem, refletem, propõem, inovam, constroem...

*Seria possível passar da moeda social ao circuito local de comércio justo ?* Aparentemente sim, uma vez que os elementos materiais básicos das trocas econômicas estão presentes no território: há produção, há consumo, há troca. Porém, há uma limitação muito importante no caso dos bancos comunitários baseados no modelo do território representado pelo Conjunto Palmeira: apenas uma parte muito pequena da cesta de consumo regular dos moradores do bairro é produzida no lugar: nem os alimentos de que necessitam, nem os serviços públicos que acessam (água, energia elétrica, telefonia, internet...), nem os produtos industrializados que são parte do seu cotidiano. A produção local com consumo local está restrita, fundamentalmente, ao setor de serviços.

As condições históricas – materiais/objetivas e imateriais/subjetivas – que levaram ao surgimento da experiência de Fortaleza, como as elevadas taxas de desemprego e a intensa mobilização social, se esvaneceram durante o período subsequente, marcado pelas políticas sociais dos governos Lula e Dilma<sup>14</sup>.

Houve uma importante acumulação solidária no Conjunto Palmeira, mas sua dinâmica foi alterada pelas mudanças no desenvolvimento da conjuntura do país. A teia de solidariedade que permitiu a emergência do Banco Palmas, forjada no calor da crise, distensionou-se.

*(...) o circuito monetário construído pelo Banco Palmas ao longo desses anos de uso de moeda social não tem se fragilizado por conta da não aceitação dos empreendimentos locais. O que se identificou é que se formou no Conjunto Palmeira uma rede de aceitação da moeda significativamente extensa e que oferece legitimidade à Palmas e ao seu emissor. Configura-se atualmente no bairro uma forte rede de aceitação da moeda, mas com fluxo cada vez mais enfraquecido. Seria outro ou parte do mesmo paradoxo? O que se entende é que, nesse momento, os moradores do bairro são os atores mais relevantes para a reconstrução do circuito. Se no Banco Palmas as moedas estão disponíveis sob a forma de crédito para consumo ou troca direta (tendo em vista que não há problema de insuficiência de lastro no banco), depende dos habitantes o interesse em acessá-las. O que ocorre é que eles não têm acessado a moeda social apesar de reconhecer a importância de consumir no bairro. Assim, o consumo tem sido realizado em real. Além disso, se a demanda por crédito para consumo diminuiu, como já demonstrado, significa que o acesso à moeda nacional está facilitado.*

RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 187

Desta forma, o objetivo inicial de internalização dos fatores de produção com o intuito de fortalecer a economia do território foi parcialmente alcançada, em seu início, e nos anos seguintes foi esvaziada pelos desdobramentos de uma política econômica centrada na ampliação do consumo dos mais pobres. Assim, a redução das taxas de desemprego, a elevação da renda da parte de baixo da pirâmide, a desmobilização política em função

14. Há, aqui, uma diferença de interpretação com a análise dos pesquisadores que acompanham de forma sistemática e altamente qualificada a experiência do Banco Palmas, e que aliás constituem nossa fonte principal: os colegas Genauto França Filho e Ariádne Rigo, da Universidade Federal da Bahia. Certamente, a diferença de perspectivas teóricas – a teoria da dívida, no caso dos colegas da UFBA, e a teoria crítica da economia política, no nosso caso – é responsável por parte significativa destas divergências. Nosso ponto de vista em nada diminui a consistência das análises de nossos pares, mas reivindica para si uma perspectiva mais historicista, do tempo e do espaço, em referência a processos sociais mais gerais, das transformações da formação social capitalista, que constituem um quadro mais amplo, que influencia enormemente a maneira como se produz o uso dialógico do território.

do “pacto social” representado pelos governos do Partido dos Trabalhadores, alteraram substantivamente as condições de desenvolvimento da experiência da moeda social.

A forte coesão que se produziu no bairro e se expressou economicamente na apropriação e no uso da moeda social pela comunidade no território usado, foi sendo gradativamente transferida aos processos relacionados às utilidades cotidianas: os descontos do comércio do bairro aos portadores da moeda social; as vantagens da preferência dos locais aos micro e pequenos empresários receptores de palmas. Até mesmo a influência da teologia da libertação foi erodida à medida que as igrejas evangélicas pentecostais ampliaram sua influência no Conjunto Palmeira, com sua “teologia da prosperidade”, individualista e “empreendedorista”, com seus discursos marcadamente “anticomunistas”.

De um lado, então, o êxito da experiência local levou a um esforço importante de sua replicação em muitas outras comunidades, no Brasil e em outros países, que em maior ou menor medida puderam transformar seus territórios usados a partir de processos demarcados pela acumulação solidária.

Entretanto, a extensão dos laços de intercooperação com territórios limítrofes, especialmente não urbanos, se houve, ficou longe de obter o mesmo êxito. Especialmente a relação cidade-campo, que é a base fundamental da reprodução da vida sob a formação social capitalista (porque é do campo, majoritariamente, que se originam os alimentos e os insumos para a economia urbana), esteve deslocada do centro da estratégia da moeda social. A estratégia do foco no consumo territorial deslocou a *produção* (o processo produtivo) do centro do processo econômico, e por fim, o *signo que preside as trocas* – a moeda (AGLIETA; ORLÉAN, 1990), ainda que sob o controle da comunidade, erodiu parte importante de seu significado, quando fora do contexto histórico de sua emergência.

Por outro lado, as condições para passar da moeda social ao circuito local de comércio justo aparentemente estão dadas: a acumulação solidária permite que os setores sociais mais conscientes e engajados do “bairro da economia solidária” estendam seus fios em direção aos coletivos de produtores urbanos e rurais de um território mais amplo, o que certamente pode dar novos significados ao consumo no território usado do Conjunto Palmeira. A ampliação da consciência social sobre os problemas do meio ambiente; a identidade entre os pobres da cidade e do campo; a aspiração de parcelas crescentes da população –especialmente entre os jovens portadores de visão crítica– a um consumo ético e responsável (e que todavia não se realiza em função das injunções dos preços de mercado sempre que a produção solidária e agroecológica transita pelos circuitos convencionais da distribuição), tudo isso permite pensar a construção de um território já marcado pela moeda social e pela economia solidária, convergir para o consumo responsável e o comércio justo e solidário.

E no outro extremo do Brasil: *há lugar para uma moeda social e/ou um banco comunitário junto aos circuitos locais de comércio justo do Rizoma/Rede Bem da Terra?*

Outra vez: aparentemente, sim. Mas há obstáculos importantes a serem vencidos e que a experiência exitosa do Banco Palmas ensina.

Em primeiro lugar, o território usado da Rede Bem da Terra é geograficamente muito mais amplo e mais disperso. Em lugar de um bairro com 25 mil habitantes (como o Conjunto Palmeira), a Rede Bem da Terra espalha-se por um território de uns 10 municípios, que agrupam cerca de 600 mil habitantes. Somando-se as famílias de produtores/produtoras e de consumidores/consumidoras articulados no seu “rizoma”, podemos estimar que em torno de 0,3% desta população total (cerca de 1.800 pessoas, incluindo seus familiares diretos) esteja envolvida no processo, muito embora existam ainda outras organizações de produtores solidários e agroecológicos, bem como um número bem maior de pessoas que podem ser vinculadas a práticas de consumo responsável. Mas dada essa dispersão social, econômica e geográfica, teria sentido o uso de uma moeda social?

Sim, se o circuito local de comércio justo for além da relação básica de funcionamento do *Fairtrade*, que vincula consumidores (de renda mais alta) a produtores (de renda mais baixa). É notória a distinção que encontramos entre as estruturas de feiras da Rede Bem da Terra, isto é, entre as “feiras virtuais” e as “feiras presenciais”.

Nas feiras virtuais, mais frequentes e regulares, a relação de compra-e-venda está restrita, quase que exclusivamente, ao circuito consumidor-produtor. Nas feiras presenciais, as trocas produtor-produtor são frequentes. Entretanto, estes não participam como consumidores, com poucas exceções, da estrutura da feira virtual. Há problemas de logística (a maioria dos produtores vivem longe do centro de distribuição e não podem se deslocar até lá), mas também de preços: o funcionamento da Feira Virtual exige um acréscimo de 33% sobre os preços pagos aos produtores, em função de seus custos operacionais (transporte e pessoal técnico para coordenação do processo de distribuição e para contabilidade geral). Desta forma, as famílias produtoras locais têm grandes dificuldades, por exemplo, de acesso aos produtos de outras regiões e mesmo a certos produtos de seus colegas locais<sup>15</sup>.

O uso de uma moeda social, especialmente se vinculada a processos mais simples de monetização, como o *e-dinheiro*<sup>16</sup>, por exemplo, poderia dar mais organicidade, solidariedade e gerar uma maior internalização de fatores na “comunidade Bem da Terra”, o que

15. A aquisição de insumos para os produtores locais, oriundos de empreendimentos de economia solidária de outras regiões (como farinhas, sal, açúcar, por exemplo) é subsidiada pelo fundo comum da Feira Virtual e do Rizoma Bem da Terra, inclusive como forma de reduzir os preços finais aos consumidores, mas este dispositivo não se aplica a produtos de consumo dos próprios produtores. Embora possa parecer excludente, o dispositivo tem um sentido pedagógico: permitir aos produtores compreenderem a relação entre preços de custo, custos de transação e preços aos consumidores. O que resulta que, para consumirem na Feira Virtual, os produtores precisam realizar a mesma opção que os consumidores: pagar mais caro pelos seus produtos que comprá-los no supermercado mais próximo, produzidos de forma ambientalmente insustentável por algum oligopólio internacional.

16. O *e-dinheiro* é a moeda social digital promovida pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários. “O Instituto *E-dinheiro Brasil* é uma Organização da sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que funciona como uma *fintech*, levando soluções financeiras e bancárias para todo território nacional. Tem sede no Conjunto Palmeira na periferia de Fortaleza-CE, é a organização gestora do Banco Palmas. Coordena a Rede de Bancos Digitais Solidários, com 48 bancos comunitários digitais associados em 17 estados do Brasil. Sua finalidade é proporcionar o desenvolvimento econômico e social de bairros e municípios, capacitando, formando e implementando no âmbito

equivale dizer: ampliando a acumulação solidária. O uso de um outro instrumentos de trocas, como os “*bancos de tempo*”<sup>17</sup>, por exemplo, poderia ter o mesmo efeito. E o uso combinado de ambos (moeda social e banco de tempo), se pensado e realizado de forma sociotecnicamente adequada, poderia produzir um resultado de mais impacto ainda, com a conversão de muitos produtores em consumidores, e vice-versa, caminhando em direção ao conceito de “*prossumidor*”, muito comum ao debate da economia solidária na Argentina.

O banco comunitário e a moeda social, entretanto, comportam uma decisiva vantagem na capacidade de financiamento do crédito e especialmente do microcrédito aos seus membros sob uma perspectiva comunitária, o que vai um pouco mais longe, portanto, de estruturas semi-empresariais de crédito e financiamento, como costumam ser as cooperativas de crédito e os bancos cooperativos tradicionais, onde o dinheiro torna-se um produto, ao invés de uma relação de confiança entre pessoas.

Entretanto, a transição de um circuito local de comércio justo para uma estrutura combinada com moeda social (como um banco comunitário) exige o desenvolvimento de uma solidariedade comunitária muito forte, o que é de fato bastante difícil quando se fala de um território usado tão “*fluido/disperso*” quanto o da Rede Bem da Terra, por exemplo. Porém, sob condições históricas adversas para os trabalhadores e trabalhadoras, como as que começam a ser enfrentadas nessas primeiras décadas do século XXI, os aprendizados coletivos costumam ser tão ou até mais importantes que delimitações geográficas físicas, porque constituem, justamente, aquilo que Milton Santos chamou de território usado e que parece ser o caso dos exemplos citados *en passant* no começo deste trabalho (Rojava/Síria, Sahara Ocidental, Chiapas/México, Euskal Herria/Espanha, Quebec/Canadá...).

*da sociedade brasileira instrumentos de Finanças Sociais, Economia Criativa, Economia Solidária e do desenvolvimento sustentável.*” (ver: <http://edinheirobrasil.org/sobre-nos/>, acessado em 30/08/2020).

17. “*Os bancos de tempo são um sistema de trocas comunitário, com base no tempo como uma unidade de valor (...). No Reino Unido, eles seguem os passos dos LETS (Local Exchange Trading Schemes ou “estruturas locais de intercâmbio e trocas”), outro tipo de intercâmbio comunitário para bens e serviços entre os membros do grupo. Os bancos de tempo visam superar alguns dos obstáculos enfrentados pelos LETS no atendimento às necessidades dos socialmente excluídos, empregando pessoal profissional através de serviços de intermediação, como em agências convencionais, objetivando valorizar todo o trabalho igualmente, e focando no apoio ao intercâmbio informal tanto quanto nos serviços profissionais (...)*” (SEYFANG, 2004).

## **Notas (in)conclusivas sobre território usado e acumulação solidária: acaso as dinâmicas da economia solidária caminham em direção a dinâmicas de economias comunitárias?**

Como qualquer conceito que se pretenda inovador, a ideia de uma acumulação solidária foi criticada por pesquisadores e pesquisadoras da economia solidária a quem devotamos muito respeito, como se ele (o conceito) estivesse de alguma forma em desacordo à ideia da “reprodução ampliada da vida”, que José Luís Coraggio (1999) opõe à acumulação ampliada do capital. De fato, reconhecemos que há aí algum desacordo, mas acreditamos que isso diz respeito a uma ênfase de processo, e não a uma diferença de *telos*. Em outras palavras, no nosso entender, a acumulação ampliada do capital põe em risco a reprodução ampliada da vida; a acumulação solidária põe em risco a acumulação ampliada do capital. Logo, a acumulação solidária permite antever, não sem uma grande dose de otimismo e imaginação, a superação da formação social capitalista por uma formação social solidária, em que outros modos de produção poderão co-existir, mas terão que estar subordinados ao objetivo mais geral, da sociedade como um todo, de reprodução ampliada da vida. Utopia? Sim, certamente. Mas, quando a crise civilizatória de nosso tempo ameaça a existência da vida humana como um todo, num processo que combina a insustentabilidade da reprodução do capital a uma crise ambiental de grandes proporções, que outra saída é possível, que não seja a utopia de imaginar um mundo marcado pela solidariedade e pela cooperação, ao invés do egoísmo e da competição?

*Em relação a um futuro qualitativamente diferente, o que se tem de provar é que a ontologia do trabalho (...), em seu significado fundamental de agência e atividade da reprodução sociometabólica, pode se sustentar melhor, com um grau superior de produtividade, quando livre da camisa-de-força do modo ampliado de extração de excedente, do que quando seu movimento é restrito pelo imperativo perverso de acumulação do capital característico desse modo. Em outras palavras, a alternativa ao modo necessariamente externo e adverso do capital controlar o processo de trabalho (...) é a reconstituição, tanto do processo de trabalho quanto de sua força motriz social, a classe trabalhadora, com base em determinações consensuais / cooperativas interna e conscientemente adotadas. (...) A parte decisiva dessa comprovação deve ser a reconstituição do próprio trabalho, não apenas como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo de seu próprio processo – um agente capaz de assegurar as condições escolhidas (em oposição às atuais, impostas de fora pela divisão hierárquica do trabalho) de reprodução expandida sem as artificialidades do capital.*

MÉSZÁROS, 2004, p. 201

O “grau superior de produtividade” a que se refere Mészáros não tem relação com crescimento econômico, mas com seu contrário, com o decrescimento econômico proposto por Georgescu-Roegen (2011), ou em outras palavras, com a capacidade da humanidade de viver mais e melhor, trabalhando menos, de forma reconciliada com a natureza e com a própria condição humana. Mas para isso é necessário que o conhecimento, que a tecnologia, que a educação, que a política e o próprio Estado estejam claramente relacionadas à ideia de uma sociedade que trabalha para viver, ao invés de viver para trabalhar.

Neste sentido, experiências territoriais que permitam às respectivas comunidades organizarem de forma cooperativa e autogerida a distribuição do trabalho necessário à reprodução da vida e à fruição daquilo que seus indivíduos considerem racional e razoável em termos de materialidade, que assegure uma existência objetivamente confortável e ambientalmente sustentável e que dê suporte a uma sociabilidade subjetivamente rica e criativa, só podem nascer de relações solidárias de produção, consumo, distribuição e, inclusive, de acumulação/desacumulação – e certamente não podem nascer de uma formação social cujo objetivo último é acumular capital e legá-lo aos herdeiros privilegiados dos que o possuem.

Por isso, a ideia de territórios comunitários autorregulados democraticamente e livremente vinculados entre si (quando assim o desejarem) (BOOKCHIN, 2010) tem retornado historicamente, do ponto de vista prático e teórico, como uma perspectiva válida para a organização de sociedades estruturadas sob os princípios da liberdade e da solidariedade, da democracia e da cooperação. Talvez seja esse o futuro que nos apontam os bancos comunitários e as moedas sociais, os circuitos locais de comércio justo, os empreendimentos econômicos solidários e o consumo responsável.

Talvez, mais que uma utopia, seja a única resposta possível para o tempo que vivemos.

## Referências bibliográficas

- AGLIETA, Michel; ORLÉAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo-SP, Brasiliense, 1990.
- BÚRIGO, Fábio. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária. Arquivo eletrônico. Florianópolis-SC, PPGSP-UFSC, 2001. Disponível em:  
<https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/Moeda-social-e-a-circula%C3%A7%C3%A3o-das-riquezas-na-economia-solid%C3%A1ria.pdf>  
 Acessado em 25/08/2020. 21 pp
- BOOKCHIN, Murrey. *Ecologia social e outros ensaios*. Rio de Janeiro-RJ, Achiamé, 2010. 177 pp.
- CARLSSON, Chris. *Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje*. Porto Alegre, Tomo, 2014. 320 pp.
- CORAGGIO, José Luis. *Política social y economía del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad*. Buenos Aires, UNGS/Miño y Dávila Editores, 1999.
- CRUZ, Antônio. A acumulação solidária – os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. In: *Revista Cooperativismo & Desarrollo*, n.99. Bogotá, INDESCO/UCC, 2012. pp. 121-147
- CRUZ, Antônio. A construção de uma estrutura-rede de comercialização entre empreendimentos de economia solidária. In: RIGO, Adriádne; CANÇADO, Airton; SILVA Jr., Jeová. *Casos de ensino – cooperativismo e associativismo*. Petrolina-PE, Franciscana, 2011.
- CRUZ, Antônio; FERNANDES, Lúcio. Desacumulação solidária - entropia e tecnologia, ética e autogestão: a síntese dos movimentos sociais para a economia solidária e a ecologia política. In: ÁLVAREZ, Juan Fernando. *Ciudadanía, desarrollo territorial y paz - una mirada desde el cooperativismo*. Bogotá, CIEC, 2014. pp. 157-175
- DIAS, Alane; CUNHA, Fabiane; Thiago ARAÚJO. O papel das moedas sociais nas feiras de economia solidária e seu papel no desenvolvimento regional. In: *Cadernos Gestão Social*, vol. 6, n.2. Salvador-BA, CIAGS/UFBA, 2015. pp. 133-146.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate – uma conversa na teoria crítica*. São Paulo-SP, Boitempo, 2020. 294 pp.
- FRIEDMANN, Harriet. The international political economy of food: a global crisis. In: *International Journal of Health Services*, Vol. 25, Issue 3. Toronto, University of Toronto, 1995. pp. 511-538
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicolás. *O decrescimento – entropia, ecologia, economia*. Lisboa, Instituto Piaget, 2008. 226 pp.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro-RJ, Loyola, 1993. 348 pp.

- INSTITUTO KAIRÓS. *Manual pedagógico – entender para intervir: por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo*. São Paulo, Instituto Kairós, 2005.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental* – 3ª. ed. Campinas-SP, Unicamp, 2018. 735 pp.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Vol. 1-5. São Paulo-SP, Nova Cultural, 1988.
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2004. 1.102 pp.
- NUNES, Tiago de G. et al. Produção solidária, consumo responsável e autogestão a partir da perspectiva extensionista no NESIC/UCPel. In: DELLA VECHIA, R.; SANTOS, A.; NUNES, T. *Autogestão e extensão universitária – 20 anos de história*. Marília-SP, Lutas Anticapital, 2019. pp. 225-244.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro-RJ, Campus, 2000. 348 pp.
- PRIMAVERA, Heloísa. Monedas sociales veinte años después: reflexiones críticas y pistas para el futuro a partir de la experiencia de Argentina. In: *Cadernos Gestão Social*, vol. 6, n.2. Salvador-BA, CIAGS/UFBA, 2015. pp. 161-182.
- QUEIROZ, Thiago A. N. de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. In: *Revista Para Onde?* n.8, v.2. Porto Alegre-RS, Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRGS, 2014. pp. 154-161.
- RIGO, Ariádne S. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, impressão eletrônica, 2014. 344 pp.
- RIGO, Ariádne S.; FRANÇA FILHO, Genauto C. de. O paradoxo das Palmas: análise do (des) uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. In: *Cadernos EBAPE.BR* v.15, n.1. Rio de Janeiro-RJ, FGV EBAPE, 2017. pp. 169-193.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *OSAL - Observatorio Social de América Latina*. Ano 6, n.16 (jun.2005). Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acessado em 01/09/2020.
- SEYFANG, Gill. Time banks: rewarding community self-help in the inner city? In: *Community Development Journal* Vol 39. Oxford-UK, Oxford University Press, 2004. pp. 62-71.
- VIEGAS, Maurício da T.; ROVER, Oscar J.; MEDEIROS, Monique. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 42. Curitiba-PR, PPG-MAD/UFPR, 2017. pp. 370-385.
- UN-FAO. The state of food security and nutrition in the world, 2019. Arquivo eletrônico. Disponível em [www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf](http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf). Acesso em 3 nov 2019.

# ÍNDICE

Directores / Índice autores .....	5
Introducción. Por <b>Juan Fernando Álvarez</b> y <b>Carmen Marcuello</b> .....	14
La economía social y solidaria como instrumento de reincorporación de excombatientes en Colombia. Por <b>Alberto García Müller</b> y <b>Juan Fernando Álvarez</b> .....	33
La Cooperativa Agrícola Numa Gamaa Ski Yu Me'Phaa, la Asociación Civil Xuajin Me'Phaa y la Honorable Casa de Los Pueblos de Ayutla: Un Ecosistema de Economía Social y Solidaria en Acción. Por <b>Roberto Cañedo Villarreal</b> , <b>María del Carmen Barragán Mendoza</b> y <b>Margarita Muciño Muciño</b> .....	52
Economía social, cooperativismo y la Agenda 2030 de los objetivos de desarrollo sostenible en la política de gestión de Costa Rica para crear desarrollo territorial. Por <b>Federico Li Bonilla</b> y <b>Monserrat Espinach Rueda</b> .....	76
Redes de intercooperación para la convivencia pacífica en Antioquia-Colombia. Por <b>Hernando Zabala Salazar</b> .....	97
Trajectoria e experiências das incubadoras tecnológicas das cooperativas populares (ITCPs) e empreendimentos solidários no contexto brasileiro. Por <b>Tatiana Ribeiro Velloso</b> , <b>Leandro Pereira Morais</b> y <b>Daniel Francisco Nagao Menezes</b> .....	128
Perfil del Talento Emprendedor de Mapuches (Küzawchefe) en Chile (Wallmapu). Por <b>Paula Miranda Sánchez</b> e <b>Ismael Romero Mancheño</b> .....	156
La experiencia de los mercados sociales españoles. Por <b>Millán Díaz-Foncea</b> , <b>Ignacio Bretos</b> y <b>Carmen Marcuello</b> .....	185
Reinvención de las empresas sociales desde Nicaragua, Honduras y Guatemala. Por <b>René Mendoza Vidaurre</b> .....	214
Recuperar empresas, conformar redes y generar sostenibilidad. Estudio sobre la participación en una red de organizaciones híbridas en Argentina. Por <b>Cynthia Snec</b> .....	242
Um caso exemplar de empreendedorismo coletivo pelas parcerias público-sociais: a Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira (PORVID). Por <b>Manuel Belo Moreira</b> .....	270
Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil – bancos comunitários e circuitos locais de comercio justo. Por <b>Antônio Cruz</b> .....	290
Chartalismo Poscolonial: El Contexto Histórico y Teórico de las Monedas Solidarias en México. Por <b>Karol Gil Vásquez</b> .....	317
Economía Social y Estado para enfrentar la emergencia alimentaria y la pandemia. La co-gestión de los circuitos de producción y distribución de alimentos. Por <b>Natalia Soledad Stein</b> .....	344

Desarrollo territorial y fomento de la economía social y cooperativa. Procesos emergentes en Chile de articulación entre gobiernos regionales, municipios y empresas de la economía social y cooperativa. Por <b>Benjamín Fuentes F., Luis Hernández Astudillo, Patricio Inostroza Rebolledo y Mario Radrigán R.</b> .....	373
La economía solidaria y el cooperativismo en el Ecuador de la revolución ciudadana: entre la ilusión y el desencanto. Por <b>Carlos Naranjo Mena</b> .....	398
La economía solidaria en México: un caleidoscopio de experiencias. Por <b>Prudenzio Mochi Alemán, Tatiana González Rivera y Cristina Girardo</b> .....	427
La respuesta del cooperativismo puertorriqueño ante la devastación causada por el Huracán María. Por <b>Rubén Colón Morales</b> .....	458
El logro de la Agenda 2030 y los ODS a través de la Economía Social y Solidaria. El vivir bien boliviano. Por <b>Karen Cis</b> .....	476